



Revista de Guimarães

Publicação da Sociedade Martins Sarmiento

FESTAS DA ACLAMAÇÃO.

BRAGA, Alberto Vieira

Ano: 1940 | Número: 50a

Como citar este documento:

BRAGA, Alberto Vieira, Festas da aclamação. *Revista de Guimarães*, Volume especial comemorativo dos Centenários da Fundação e da Restauração de Portugal, 1940, p. 175-188.

Casa de Sarmiento
Centro de Estudos do Património
Universidade do Minho

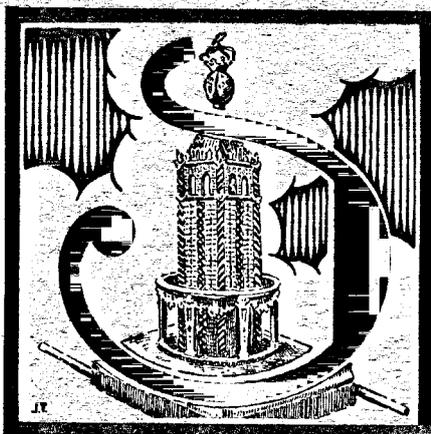
Largo Martins Sarmiento, 51
4800-432 Guimarães
E-mail: geral@csarmiento.uminho.pt
URL: www.csarmiento.uminho.pt



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

AS : FESTAS : DA : ACLAMAÇÃO

POR ALBERTO VIEIRA BRAGA
DIRECTOR DA «REVISTA DE GUIMARÃES»



Ó nas principais terras fronteiriças e mais achegadas às margens de Castela, é que o movimento de 1640 teve as suas repercussões militares de prolongada duração.

Por além tornaram-se grandes e aguerridas as concentrações militares, as ousadas lutas e assédios das milícias portuguesas, que fizeram dura barragem às surtidas galegas, durante um ro largo de anos.

Os fidalgos e as Colegiadas organizavam as suas companhias de voluntários, e segulam resolutos para os pontos de combate ou de defesa, tomando uma dianteira de valentia e de

arrojada esperança na vitória consolidada.

Da outra banda, embora custosamente, reconheciam:

Y en efecto, entonces Galicia se hallaba bajo el peso de una continua y abrumadora alarma, cual era la promovida por la sublevación de Portugal, que terminó con su independencia (1).

Segundo afirmações do P.^e Gandara, durante a sublevação de Portugal sustentou e manteve a Galiza, na fronteira e praça de armas, um exército de 8.000 Infantes e 2.000 cavaleiros (2).

As terras aninhadas aqui para o Norte, que distantes pousavam do foco principal do movimento libertador e afastadas eram das pressões fronteiriças, não tiveram uma acção directa nessa impetuosa luta, antes se quedaram numa ansiada expectativa, tornando-se depois, mais tarde, uma vez aclamado delirante e publicamente o seu legítimo rei — *Real! Real! por El-rei D. João IV, Rei de Portugal!* — uns centros rumorosos de tropas, que eram despachadas por ordens superiores para certos pontos de fortificação mais urgente.

(1) *Historia de la Santa A. M. Iglesia de Santiago de Compostela*, por López Ferreiro, tómo IX, pág. 89.

(2) *Nobiltario de Galicia*, pelo P.^e Felipe de la Gandara, Madrid, 1677, pág. 610.

REVISTA DE GUIMARÃES

A nossa roda, só os Castelos de S. João da Foz e de Viana frouxamente resistiam, em poder de soldados castelhanos.

Na entrada da Galiza, onde fizeram vários ataques e avanços vitoriosos, figuram as tropas e a nobreza de Entre-Douro-e-Minho, e em lugar de honra, Francisco de Abreu Soares, sargento-mor de Guimarães (1).

Estas pressões constantes dos Portuguezes junto das terras fronteiriças do Alto Minho, assustavam seriamente os galegos.

Manuel Tomás, poeta vimaranense, canta o nosso valor e os nossos feitos de armas, no seu precioso e raro volume, consagrado em hinos patrióticos e exaltivos à Aclamação do Sereníssimo Rei de Portugal, D. João IV do Nome:

Vêm os que bebem as águas cristalinas
Do Avo (2), que em Gerês tem nascimento,
E junto a Guimarães rega as ruínas
Que mostram de Cinânia o fundamento.

.....
Vêm os que gozam do Vizela frio,
Em a ribeira amena, as águas claras,
Grato, aprazível, brando, fresco Rio

.....
.....
.....
E os da guerreira Guimarães, ousados
Por seus Sargentos-Mores vão guiados.

Em três trôços o Campo dividido,
Levava Violedátis à vanguarda,
E no meio do exército metido
De Guimarães a gente, o Conde guarda (3).

E dêste modo e jeito, correm pormenorizadamente todos os sucessos e agitações militares da terra que êle ergue em pedestal, nos primeiros versos do seu livro.

(1) *Relaçam Da Entrada Que Fizeram Em Galliza Os Governadores das armas da Pro-
vincia de entre Douro, & Minho o Mestrê de Campo Violil de Athis, que por carta de sua Mage-
tade exercia o cargo de Mestre de Campo general, & Manoel Telles de Menezes Governador do
Castello de Vianna, & Frey Diogo de Mello Pereira Cômendador de Moura Morta, & Veade da
Religião de Sam Ioam de Malta, Capitam mór de Barcellos.*

(2) Avo — rio Ave.

(3) *O Phaenix da Lusitania, ou Aclamaçam do Serenissimo Rey de Portugal Dom Ioam IV
do Nome, Anno de 1649, págs. 236 a 240.*

AS FESTAS DA ACLAMAÇÃO

Assim:

Em Guimarães, ditosa pátria minha
Que tal Príncipe deu ao Luso Estado,
Pois tanto às nove em fama se avizinha,
Que com título Real a deixa honrado.
Ali de Marte os feitos esquadrinha,
Dele no quinto Céu, sendo invejado,
Por fazer no terreno doce ameno,
Correr rios de sangue Sarraceno.

Com gente heróica, a guerras inclinada,
E contra a Maura, posta na fronteira,
Por sua indústria bem disciplinada
Grave nos brios, no ferir ligeira.
Com fio agudo de luzente espada,
Sem muros recear, fôssos ou trincheira,
Com guerras, com assaltos, com vitórias,
Adquiriu sempre duplicadas glórias.

Depois, quando entra propriamente no assunto, aparecem neste descrever, as façanhas e os heróis:

.....
O Reduto de Lamas ⁽¹⁾ coube em sorte
De Guimarães ao Têrço Belicoso.
Venceu, com dar aos Galegos morte,
Línguas à fama e Nome sempre honroso,
Os corpos dividindo, em mil pedaços,
Cortando pernas, decepando braços.

Cercando mal depois, três mil galegos,
A Companhia de Martim Teixeira,
De valor faltos, de coragem cegos,
Viram de Marte a fúria verdadeira.
Porque cem Lusos sós, com tais empregos
Os afrontaram, de tam vil maneira,
Que com dous prisioneiros que levaram,
De mêdo e de terror, se retiraram.

(1) «Levou mais em conta dous mil e novecentos réis que se mandaram pagar a António Gomes, armador desta vila, da armação e balas que deu para o segundo rebate, quando foram a Lamas de Mouro». (*Livro de Receita e Despesa da Câmara, do ano de 1641*).

REVISTA DE GUIMARÃES

Luís da Silva, singular Mancebo,
Irmão do Capitão dos Lusitanos,
Com buço apenas, louro como Febo,
Que lustros três e melo, dava os anos.
Pós com cobiça do resgate cebo,
A quatro avaros, broncos Castelhanos.

.....

Aos primeiros dous, que iam diante,
Presto, animoso, forte e atrevido,
Matou, com uma faca de diamante,
Virando os outros dous, com mais partido,
E já senhor da espada rutilante,
De um talho, ao terceiro deu ferido,
E com o quarto ver, espada branca,
A livre estrada lhe deixaram franca.

Um Pedro, e um Luís, Martim Teixeira,
Um Gerardo Machado, armipotente,
Dionísio de Amaral, que a luz primeira
Goza com mesmo Odriso, no ascendente.
E aquêlê raro espanto da Fronteira
Formidável terror da Hespéria gente,
António de Queirós, que a Marte irado
Na quinta esfera tem, como assombrado.

Todos Filhos daquela Venturosa
Guerreira Guimarães, Pátria querida,
Que merecem na guerra sanguinosa
Antecipar louvor, à própria vida.
Por quem Galiza, triste, e lagrimosa,
Ficou tam debelada e destruída,
Que os danos que lhe deram, avallados,
Passam de setecentos mil cruzados (1).

Numa parte e noutra, o ambiente era de guerra. De cá e de lá, juntavam-se os auxílios e dispunham-se os espíritos:

*Este era lo que principalmente hacía urgente la presença del Arzobispo en Santiago; tanto más quanto que los Portugueses, alentados con el favor que recibían de Francia, Inglaterra e Holanda, llevaron su osadía hasta invadir la frontera de Galicia

(1) *O Phaenix da Lusitania*, págs. 12 e 226 a 229.

AS FESTAS DA ACLAMAÇÃO

y saquear y talar todo cuanto encontraban al paso. He aquí lo que sobre este particular se lee en el Acta Capitular de 18 de Agosto de 1643: *Abiendo propuesto dicho Sr. Dean de horden de S. Emcia. el Sr. Cardenal, nuestro Arzobispo, el grande aprieto en que se veía este Reyno por la ymbasíon que ahora de nuevo hauiam hecho los Portugueses en la uilla de Salbatierra, en la qual se procuraban fortificar para pasar adelante hacia la ciudad de Tuy y otras partes, que todas están en conosciado peligro según lo tenía por carta de S. E. el Gran Prior de Nabarra, Gobernador y Capitán General deste Reyuo. Y atento que por ello significaua la necesidad en que se behía por falta de dineros, á cuyo remedio y socorro Su Eminencia concurría, y que tambien el Cauildo desta Santa Iglesia hera forçoso que por su parte no faltase á esta ocasión, y que se buscasse alguna cantidad de dineros aunque fuesen prestados para remitillos con toda brebedad.* Acordó el Cabildo buscar prestados ó tomados á censo 2:000 ducados y entregárselos á su Eminencia para que con los suyos se los remitiese al Gran Prior de Navarra» (1).

Tôda a gente que o Cabido de Sam Tiago conseguiu assoldadar foi para a vila de Pontevedra; dinheiro e abastecimentos sêguiram também em abundância, chegando até o Cabido a oferecer os mil escudos de ouro que estavam na arca das três chaves.

Dentro do reino de Espanha a desorientação era geral.

Em Portugal, o papel de quási tôdas as cidades e vilas limitou-se a uma defesa preventiva, como aliás aconteceu em Guimarães, onde se mandaram fazer portas novas para os muros, consertar as muralhas, comprar pólvora e munições, nomear vigias e guardas da vila, nomear capitães novos, de entre as pessoas das mais nobres e de melhor sangue, tapar as portas do Castelo, de Santa Bárbara e da Freiria, mas tudo isto e o mais, pelo decorrer do ano de 1641 e seqüentes.

Em tôdas as terras, porém, do Norte ao Sul, na largueza geográfica de todo o domínio de Portugal, o acontecimento maior e de mais larga repercussão foi a nota patriótica e afectiva do povo, quando manifestou o seu amor de independência numa adesão delirante de festas e procissões pela feliz aclamação do seu esperado Rei.

«É muito digna de memória a universal alegria e prazer com que S. Majestade foi aclamado Rei pelas humildes aldeias entre os pöbres e rústicos sêrranos, com alegres vivas acompanhados de voltas e danças camponesas» (2).

Estes movimentos festeiros tornaram-se comuns em tôdas as terras, logo após o acto das proclamações feitas pelos municípios.

Mais tarde, as festas da Aclamação foram consideradas Nacionais e obrigatórias para as Câmaras, por Provisões Régias.

Na sessão da Câmara Municipal do Pôrto, de 8-12-1640, foi resolvido:

(1) *História de la Santa A. M. Iglesia de Santiago de Compostela*, por López Ferreiro, tomo IX, pág. 91.

(2) *Restauração de Portugal Prodigiosa*, por D. Gregorio de Almeida Vlyssiponense (pseudónimo do P.^e jesuíta João de Vasconcelos), Lisboa, 1643, pág. 286.

REVISTA DE GUIMARÃES

«E logo asentarão que se Escreuesse á Cidade / de Braga, Viana, Ponte de lima, Marante, / Guimaraens, E Villa Real, Vizeu, Pinhel, / E trancoso, E se despachassem proprios com / as ditas Cartas em toda a deligencia / dandose-lhe Conta do que esta Camera aua / feito. E que para melhor instrução do que devião / fazer ele fosse também inserta a copia // da Carta que esta Camera teue dos governadores E / cuya copia he a que he segue. Bernardo pereira Camello o Escreui» (1).

A carta a que acima se alude dava a conhecer o aplauso geral com que o povo do Pôrto, no sábado, dia da Nossa Senhora da Conceição, se levantou na cidade por El-rei destes reinos, o Duque de Bragança, e dizia que todos os seus moradores, assim eclesiásticos como seculares, tinham feito grandes excessos de alegria, etc., à imitação de Lisboa e com o mesmo exemplo de todo o Algarve, Alentejo, Santarém, Coimbra, etc. (2).

O Governador das armas do Pôrto, Manuel da Silva de Sousa, avisou também a Câmara, dizendo que D. João 4.º já estava em Lisboa, e por isso ordenava se fizessem demonstrações de alegria por tal facto.

Não se fizeram esperar essas demonstrações, embora as não conheçamos nas minúcias da primeira hora em que foram decretadas e entusiasticamente recebidas.

Sabemos apenas o que a acta da aclamação, feita em 10 de Dezembro de 1640, nos diz:

Sendo lida em voz alta a carta da Câmara do Pôrto, logo o capitão-mor, tangendo o sino da câmara se pôs à janela aclamando — *Real! Real! viva D. João o quarto rei de Portugal!* repetindo as mesmas palavras a nobreza e o povo.

Nesta mesma acta ficou escrito que ao outro dia, às duas da tarde, se ajuntassem nesta câmara, para dela saírem a dar graças e mandaram se pusessem luminárias pelas janelas da vila e arrabaldes, mandando repenicar os sinos e o relógio e fazer outras demonstrações de alegria.

Logo a seguir, na acta de 15-12-1640, no final do termo de juramento dos capitães, volta a dizer-se:

Assentaram que o procurador pague o fogo, tambores e o mais necessário para as festas de sua Majestade.

E mais se não sabe, a não ser passante um ano:

«Em 14-12-1641 foi acordado e assentado pela câmara que em dia de Santa Luzia, 13 de Dezembro de cada ano, se fizesse procissão solene pelos mosteiros da vila, abrilhantada com tôdas as festas da câmara, em memória da feliz aclamação de El-rei D. João IV, que neste dia se fez nesta vila, havendo missa solene e pregação e na véspera à noite luminárias e fogo».

Nota-se, como observa o Abade de Tãgilde, contradição acêrca do dia em que foi feita a Aclamação em Guimarães.

(1) *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Pôrto*, fascículo III, do 1.º vol., artigo «O Pôrto na Restauração», por Fernando Guimarães, pág. 481.

(2) *Idem, idem, idem.*

AS FESTAS DA ACLAMAÇÃO

Enquanto que naquela acta se diz ser no dia 13, a acta e o termo respectivo designam claramente o dia 10 de Dezembro de 1640.

Por muitos e muitos anos se realizaram estas festas da Aclamação não só entre nós, como nas demais terras do País.

Foram umas festas a que o povo se dedicou com entusiasmo patriótico, e às quais as Câmaras entregavam rendimentos fartos, para que elas atingissem um brilho de solenidade nacional.

Ainda em 1725 uma Provisão a torna obrigatória ⁽¹⁾, e uma outra de 1731 nela fala ⁽²⁾.

O que verdadeiramente se não sabe, é como foram, nos primeiros anos, organizadas essas procissões, *abrilhantadas com tôdas as festas da câmara*, como preceituava a acta de 14-12-1641.

Não queremos aventar hipóteses, visto que não nos aparecem pormenores de como se organizou em 1640 essa procissão, e de como se efectuaram as procissões e solenidades de alguns anos ulteriores, embora certas verbas de despesa marquem já luzeiros pontos de partida.

Quando porém a letra do termo camarário nos diz que as procissões deviam ser abrilhantadas com tôdas as *festas da câmara*, não erraremos se dissermos que essas procissões da Aclamação, feitas a expensas do município, foram sempre acompanhadas pelas tradicionais folias e danças, pelas Corporações dos Mesteres, Ordens Terceiras, Religiões, Clero, Confrarias, Cabido e Câmara, a exemplo do que se seguia com a Festa do Corpo de Deus e outras.

Assim o julgamos.

As folias eram constituídas de várias pessoas tangendo e cantando, ao som de violas, tambores e pandeiros.

Muitas delas eram ajustadas e pagas pela Câmara.

Os chameleiros eram três, e estavam obrigados a tocar em tôdas as festas da Câmara. Estes instrumentistas eram muito necessários para o ornato e decôro das festas. Não deixariam provavelmente os chameleiros de preceder as encamisadas ⁽³⁾.

Sabe-se que durante os primeiros anos, quando a solene procissão da Acla-

(1) Esta Provisão, de 21-8-1725, autorizava anualmente a despesa de 60\$00 réis nas festas e procissões da Câmara, que eram: Visitação de S.^{ta} Isabel; Anjo da Guarda; Corpo de Deus; S. Sebastião; S. Dâmaso; véspera do Espírito Santo, esta por voto antigo que o povo fez num ano de pestilência que houve na vila e arredores, e em que saía um andor de cera, que se chamava a candeia; procissão pela Aclamação de D. João IV e procissão pela vitória de D. João I, em 14 de Agosto.

Havia festa, música, sermão e missa solene nestas festas.

Para a de S. Dâmaso nada foi abonado por ser própria do Cabido da Colegiada.

(2) A Provisão de 19-9-1731, autorizava os vereadores e procuradores da Câmara de Guimarães a tirarem dos bens do concelho oitenta e cinco mil réis, quantia que podiam gastar com as suas antiqüíssimas procissões e festividades.

(3) *Revista de Guimarães* vol. XX, artigo «Festas Anuais da Câmara de Guimarães» pág. 160 e segs.

REVISTA DE GUIMARÃES

mação saía no designado de Santa Luzia, a 13 de Dezembro, visitava todos os mosteiros da vila.

Mais tarde, passou a realizar-se esta procissão no dia 1.º de Dezembro, altura em que o Cabido determinou o seu itinerário e proibiu que ela entrasse em qualquer igreja.

E então o *Regimento da Sacristia* preceituava:

«No dia 1.º de Dezembro a procissão da felice Aclamação, tem na véspera à noite repique nos sinos, pano no púlpito, no dia missa solene com ornamento branco e tela verde, depois da missa para a procissão capas 2.ªs e cetros de fora, repique ao sair e recolher, sairá pela rua Sapateira ao Toural e entrará pela Torre Velha sem entrar em igreja alguma.

Esta procissão é da Câmara e paga ao sacristão de tanger os sinos como nas mais procissões, e as mais obrigações ordinárias e há prêgação que paga a Câmara».

Vejamos agora até que ponto nos elucidam as contas.

O livro de *Receita e Despesa da Câmara, do ano de 1640*, não existe.

O de 1641 apresenta-nos estas curiosas verbas:

Levou mais em conta dous mil réis que se mandaram dar que fêz da festa de sua Majestade	2\$000
Levou mais em conta oitocentos réis que se mandaram dar aos fogueteiros e..... de fogo que houve na mesma festa	800
Levou mais em conta mil e cem réis que se mandaram pagar dos ternos de charamelas que tangeram na mesma festa	1\$100
Levou mais em conta dous mil e quinhentos réis que se mandaram dar a Jerónimo Lopes, mestre da capela, da missa cantada e música que se fêz na mesma festa	2\$500
Levou mais em conta dous mil e cem réis que se mandaram dar a António <i>Beijo</i> (?) desta vila, das folias que tomou na mesma festa de S. Majestade	2\$100
Levou mais em conta novecentos e quarenta réis que se mandaram pagar da cera que se gastou nas festas de S. Majestade	940
Levou mais em conta oitocentos réis que se mandaram dar à mourisca que levou na festa de S. Majestade dia de Santa Luzia	800
	10\$240

Em 1642, são assim averbadas as contas:

Da procissão da Aclamação de S. Majestade (da mourisca), 400 rs; das folias que foram na dita procissão, 2\$400 rs; dos chameleiros da mesma festa, 1\$000.

AS FESTAS DA ACLAMAÇÃO

Em 1644 — Festa da Aclamação — Prêgador 700 rs; folia do Baldo, 1\$400 rs; folia das moças, 1\$320; repique dos sinos e candeias para a iluminação, 300 rs; mourisca, 800 rs; tochas que arderam na câmara e velas para os ciriais da procissão, 380 rs; tambores que andaram pela vila, a quem levou as cadeiras e de incenso para a dita festa, 200 rs.

Em 1645 — Velas para luminárias na véspera, 60 rs; tambores, 100 rs; seis tochas que arderam na casa da câmara, alugadas a Maria Vaz, 320 rs; duas velas para os ciriais, 80 rs; incenso para a missa, 20 rs; sermão, 700 rs; levar e recolher as cadeiras, 20 rs.

Com o correr dos anos as despesas vão variando e as verbas são mais discriminadas, de maneira que melhor se poderá, talvez, avaliar da trama e do carácter alegórico das festas da Aclamação (1).

Em 1649 — Ao Ambrósio, de tanger o tambor na noite da festa da Aclamação, 100 rs; duas velas da procissão, 100 rs; levar e recolher as cadeiras, 20 rs; músicos 1\$200 rs; ao sacristão, de repiquês e luminárias que de noite pôs na torre, 300 rs; gasto do que na noite ardeu na câmara, 440 rs; propinas aos oficiais da câmara, ministro da justiça e homens que levaram as varas do pátio no dia da festa, 2\$940 rs; que tanto custou o vinho; dos lombos de porco e boi que por todos foram — 18 — 2\$360 rs; sermão, 700 rs.

Em 1651 — Das luminárias que se puseram na torre e relação..... e sinos 300 rs; de velas para os ciriais, 120 rs; de incenso para o dia, 20 rs; de aluguer das tochas que arderam nas janelas da Câmara 440 rs; despendeu-se com os músicos da capela, de officiar..... e acompanhar a procissão, 2\$000 rs; ao prêgador, com pítanço, 700 rs; aos chameleiros que estiveram de noite, na casa da câmara, tangendo, 100 rs; o que se despendeu nas propinas dêste dia com officiais..... julgadores e três padres que disseram a missa e..... levaram o pátio na procissão, 6\$400 rs; levar as cadeiras à Sé, 20 rs.

Para fugirmos a repetições, avancemos uns anos.

Em 1654 — Propinas, 8\$000 rs; pítanço aos que levaram o pátio e ao cônego que debaixo dêle levou a Senhora, 2\$160 rs; sermão, 800 rs; aluguer de seis tochas que arderam à noite nas janelas da Câmara e duas velas que foram nos ciriais, 640 rs; da música que foi na procissão, 2\$000 rs; ao sacristão de sinos e luminárias, 300 rs; beberete aos chameleiros, 120 rs;

Em 1691 aparece-nos de novo: gaita de fole, 120 rs. De 1700 a 1731 vai decrescendo o entusiasmo por esta festa e a despesa também é minguada.

Em 1717 só se gastaram com ela, 4\$730 rs; em 1718, 6\$560 rs, entre charamelas, tochas na Câmara e velas de cebo na torre e no castelo; em 1719, 5\$960; em 1726 e 1727 não houve festas do Pelote, da Aclamação e de S. Dâmaso.

De 1731 a 1747 as verbas de despesa voltaram a subir, e variam entre 11, 14, 17, 19 e 28 mil réis.

(1) Algumas informações sôbre estas verbas de despesa, devo-as a João Lopes de Faria.

REVISTA DE GUIMARÃES

Em 1745 aparece esta nota: Na procissão da Aclamação pegaram ao Pálio 6 padres, por não aparecerem os vereadores imediatos, tendo sido notificados.

E assim durante mais alguns anos as verbas são referidas.

Depois vão rareando, até à sua completa extinção.

Agonizaram e lentamente morreram.

Passaram os tempos, e do cunho tradicional e religioso despertaram em escassas manifestações públicas de sentimento. Músicas arruando no 1.º de Dezembro, bandeiras nos mastros dos edificios públicos, luminárias nas fachadas dos municípios e foguetes.

A gloriosa Aclamação de D. João IV teve, porém, o seu cantor máximo e épico. Foi o vimezanense Manuel Tomás, que não se esqueceu de descrever, numa passagem do seu poema, todos os passos de heroicidade dos seus conterrâneos ilustres e todas as comemorações honrosas que ergueram a tão desejado monarca.

Ciosa Guimarães, por Pátria amada
Do Rei primeiro Afonso belicoso,
Por quem, foi Lusitânia conquistada,
E em fuga pôsto, o Mouro Caviloso.
Ostentando grandeza avantajada
Que tem, por berço ser do Rei Glorioso,
Mostrou que só de amor tinha o tesouro,
Do brando Minho ao caudaloso Douro,

E assim seus Moradores afamados
Claros por sangue, Ilustres por nobreza,
Que os brios sempre altivos conservados
Gozam da antiguidade Portuguesa.
Unânicos, conformes, germanados,
Com gratos Vivas, com leal firmeza,
Ao novo Rei, mostraram Amor tão Alto,
Que todo o louvor nêles fica falto.

Manuel Machado Ilustre de Miranda,
Com Bastão militar os move e guia;
E a Bandeira Real ondela e manda
Pero Cardoso, Insigne em Fidalgula.
A esquadra, que o Rei segue, veneranda,
A de Alexandro avantajado podia,
Pois nenhum dêles leva menos brio
Que os dez mil gregos seus contra Dario.

AS FESTAS DA ACLAMAÇÃO

Ante a Virgem, Famosa, da Oliveira
Prostrados em união, todos devotos
Lhe fazem livre entrega, da Bandeira,
Oferecendo seus humildes votos.
Como é do Novo Rei a acção primeira,
Do jugo Castelhana em tudo ignotos,
Quantos o aclamam, gratos a veneram
E estas dignas plegárias lhe fizeram (1).

— No Pôrto foi celebrada a Aclamação aos 8 de Dezembro de 1640.

O Povo, a Nobreza, o Cabido e Corporações Religiosas, com geral Procissão, gratificaram ao Céu a restituição do seu legítimo Rei (2).

Diz pouco, mas não topámos mais.

Em Braga coube à classe escolástica a iniciativa dos aplausos, como lhe costuma caber de há muito a *iniciativa anual da comemoração do nosso resgate*.

Por entre repiques de sinos, na forma do estilo costumado, a classe escolar acompanhada de séquito numeroso de povo, percorreu entusiasmada as praças e ruas, dando vivas à Independência e à Pátria e ao novo rei D. João IV.

Os eclesiásticos da cidade, com os nobres e os seculares grados, misturaram-se com regozijo entre a classe escolar e o povo, e tomaram parte cordial e sincera nos aplausos comuns.

Acresceu por último o senado municipal, levando nas mãos o estandarte da câmara o alcaide-mor, que era então Constantino da Cunha Soto-Maior.

No dia seguinte tomaram parte das demonstrações extraordinárias de regozijo os presos do castelo e do aljube. O Cabido fez nesta ocasião, com aparato suntuoso uma procissão solene em acção de graças.

Encerraram-se estes regozijos bracarenses, com um *alardo lustroso da classe escolar*.

Foi aparatoso, como era de esperar de corações juvenis. Com este *alardo*, deram mostras ao público estes filhos novéis das letras, que lhes trahordava no coração — com ânimos varonis — o anelo de *pelejar* pelo Rei e pela Pátria (3).

— Em Lisboa tratou a cidade de apresentar muitas e variadas festas, porém não o permitiu Sua Majestade, dizendo que não queria outras mais que preparações de guerra para defender o Reino; houve contudo muito boas chacotas e danças com

(1) *O Phaenix da Lusitania*, págs. 116 e 117.

(2) *Origem das Procissões da Cidade do Pôrto*, Pelo P.^e Luis de Sousa Couto, pág. 57.

(3) *Aclamação de D. João IV em Braga em 1640: Notícia Histórica*, Braga 1879, por Pereira Caldas.

REVISTA DE GUIMARÃES

que o povo matava os grandes desejos que tinha de festejar o seu Rei Português, dado maravilhosamente pelo Céu (1).

•Aos quinze do dito mês o juraram por Rei, e coroaram, para o que se fez um teatro no Terreiro do Paço, em que estava um tronco com uma cadeira de brocado de baixo de um dossel, em o qual o puseram; fêz-lhe a prática o Inquisidor-mor, e teve mão no estoque o Marquês de Ferreira: e feito o acto com as solenidades que se costumavam fazer em semelhantes ocasiões, o levaram em Procissão, debaixo de um pálio, à Sé, e levaram as varas dele os vereadores da cidade, vestidos de gala. Aos dezóito dias de Nossa Senhora do Ó, pelas duas da tarde, fêz o Arcebispo uma Procissão com todos os Frades e Clérigos, e o mesmo Arcebispo levou o Santo Lenho, da Sé até S. Domingos (2).

— Em Évora os cônegos cantaram missa solene em acção de graças, e à tarde fizeram uma solene procissão com o Clero e Religiões pelas ruas mais públicas da cidade e recolheram à Sé, onde houve prêgação.

Na Câmara, os vereadores, com a sua bandeira, aclamaram Sua Majestade com as palavras do costume, acompanhadas de muitos vivas e extremadas demonstrações de alegria. Assistiram os Prelados das Religiões, fidalgos, nobreza e povo. Nos três dias seguintes houve luminárias, encamisadas e outras invenções de festa.

— Logo que em 5 de Dezembro chegou a Coimbra a nova do que se tinha feito em Lisboa, os estudantes aclamaram delirantemente, com notável alegria e aplauso, pelas ruas, Sua Majestade.

No dia seguinte foram à Câmara, Bartolomeu de Sá Pereira tomou a bandeira e todos juntos correram as ruas e entraram na igreja de Santa Cruz, arvorando a bandeira sobre a sepultura do esclarecido e Santo Rei D. Afonso Henriques. Aí cantaram os Religiosos daquele sagrado convento, com toda a solenidade o hino, *Te Deum Laudamus*, em acção de graças por tam soberana mercê.

Na Sé fizeram-se as cerimónias costumadas. Acompanhavam a bandeira, a cavalo, muitos fidalgos da Universidade, justiça e mais Nobreza.

Em S. Jerónimo, todos juntos, aclamaram El-rei com muitos vivas, e tomando ramos nas mãos, e o Reitor uma palma, recolheram à capela da Universidade na qual se tornou a cantar solenemente o hino *Te Deum Laudamus*.

Neste mesmo dia, à tarde, saíram a cavalo muitos fidalgos vestidos de cõr, e deram muitas carreiras pelo terreiro da Universidade e praças da cidade, e entre eles mui bem pareciam os lentes velhos e eclesiásticos.

A noite houve grandiosas luminárias e mui concertada encamisada, e outras mais festas nos dias seguintes, de que se estampou um livro.

(1) *Restauração de Portugal Prodigiosa*, por D. Gregorio de Almeida Vlyssiponense, Lisboa, 1643, pág. 282.

(2) *Dialogos de Varia Historia*, por Pedro de Mariz, edição de 1758, tomo II, pág. 160.

AS FESTAS DA ACLAMAÇÃO

O Bispo Conde mandou ordenar uma procissão solene a que elle assistiu. Saíu da Sé e foi a Santa Cruz, onde houve pregação (1).

— Em Santarém, Fernão Teles de Meneses foi à Câmara e dela saíu com o guião, acompanhado dos fidalgos que naquela vila se achavam, Nobreza e Povo, aclamando El-rei com Incríveis júbilos de alegria, com repiques, luminárias e encamisadas e mais demonstrações de amor e prazer.

Na sexta-feira à tarde saíu uma solene Procissão (2).

-- Em Leiria levou a bandeira da Câmara, D. Luís de Noronha Marques e com muita festa e contentamento de todos foi El-Rei aclamado.

-- Em Elvas, para que as demonstrações de alegria fôsem gerais, ordenou o Bispo procissão, em que houvesse sermão a propósito e que o mesmo se fizesse nos lugares das fronteiras e bispado (1).

Mas Elvas, Alenquer, Tomar e Beja,
Leiria, Santarém e Portalegre,
A Guarda, Serpa, Aveiro, com Inveja
Das mais, aclamam o Rei, com festa alegre.
Miranda, com Bragança, quer que seja
Tam Real aclamação, que dure um Segre,
Com Pinhel, Estremoz, Castelo-Branco,
Que para os Vivas Reais, dão Amor franco.

Nenhuma, emfim, na Lusitânia fica,
Que não aclame ao Rei, com liberdade,
Que a justiça e amor lhe justifica,
Restituição, na Régia Majestade (2).

.

Em Espanha dava-se o reverso.

O Cabido de Santiago de Compostela, em 11 de Fevereiro de 1641 resolveu que naquele ano se não fizessem comédias, tendo em atenção o tempo e as calamidades que pesavam sobre o reino com as guerras presentes.

Multiplicavam-se os rogos, as procissões e os sufrágios, para obter a paz e o sossêgo públicos.

(1) *Dialogos de Varia Historia*, cit. págs. 290 a 293.

(2) *Idem, idem*, págs. 293 e 294.

(1) *Sucessos que ouve nas fronteiras de Elvas, Olivença, Campo Maior e Ougueta, o primeiro anno da Recuperação de Portugal*, pag. 4.

(2) *O Phaenix da Lusitânia*, pag. 123.

REVISTA DE GUIMARÃES

O Cabido encomendava a Deus o estado das coisas do Reino, a pedido do Rei e do Presidente de Castela.

Faziam-se súplicas ao glorioso Apóstolo San Tiago pelas angústias e dificuldades dos tempos que corriam ⁽¹⁾.

E assim viveram em sobressalto e em peregrinados clamores, de armas em guarda e de preces ao alto, por espaço de alguns anos e bons.

Sofreram, o que os nossos sofreram, durante os longos períodos das opressões Filipinas.



(1) *História de la Santa A. M. Iglesia de Santiago de Compostela*, tomo IX, págs. 89 e 92.